

SIMULADO GRÁTIS:

POLÍCIA PENAL DE PERNAMBUCO



**PPPE
2022**

**POLICIAL
PENAL**

**60 QUESTÕES ATUALIZADAS
PROPOSTA DE REDAÇÃO
GABARITO REVISADO**

**TEMPO:
05H**

**"O SUCESSO É A
SOMA DE
PEQUENOS
ESFORÇOS
REPETIDOS DIA
APÓS DIA"**



SimuladosBR.Net



PROVA OBJETIVA**Língua Portuguesa****Texto I (Questões 01 e 02)**

Por mais que se discuta e que se critique o jornalismo, seus procedimentos e seus produtos, não se pode negar a importância da atividade no processo de constituição do atual. A prática jornalística procura, de alguma forma, dar conta das experiências do mundo e torná-las disponíveis para todos. Isso significa que, mesmo sendo objeto de muitos questionamentos, o jornalismo é uma importante via de acesso à realidade e um lugar fundamental em que as sociedades contemporâneas partilham e reverberam seus valores e saberes.

O procedimento jornalístico não é igual ao método científico e — até mesmo pela dinâmica da atividade — nem poderia ser, mas isso não quer dizer que o conhecimento produzido pelo jornalismo seja necessariamente de menor valor. Não é porque não segue os mesmos procedimentos da ciência que a atividade não tenha contribuição a dar na apropriação e na produção do real. Como outras formas de conhecimento, o jornalismo revela o mundo de maneira particular e, desse modo, pode até mesmo identificar aspectos da realidade que nenhuma outra forma de conhecimento seria capaz de desvelar.

Rafael Paes Henriques – Adaptado

01. Na retórica do texto I, a organização sintática do primeiro período tem o papel de

- A buscar apoio contra as críticas relativas à capacidade de a atividade jornalística produzir conhecimentos de valor para a sociedade.
- B conduzir a leitura para uma concepção do jornalismo como uma atividade ambígua, na qual coexistem pontos negativos e pontos positivos.
- C apresentar ao leitor, já de início, a informação que será invalidada, segundo a qual a atividade jornalística está associada a discussões e críticas.
- D fortalecer a ideia de que o jornalismo, como qualquer atividade humana voltada à produção do conhecimento, é uma importante forma de apreensão do real.
- E destacar, como tópico frasal, a informação de que o jornalismo é uma atividade sobre a qual recaem muitos questionamentos, embora essa seja importante para a sociedade.

02. Seria mantida a coerência do texto I, caso a expressão “até mesmo”, no último período do texto, fosse substituída por

- A assim.
- B inclusive.
- C portanto.
- D sobretudo.
- E também.

03. Assinale a opção em que foram atendidas as regras de emprego ou de omissão do sinal indicativo de crase.

- A Devido a rachadura abaixo de uma das janelas, à frente da escola havia sido totalmente restaurada.
- B Naquela escola, o professor experimentou a incrível sensação de transmitir conhecimento útil à pessoas em formação.
- C A escolha de ser professor é comparável a ação de colocar a cabeça dentro da boca de um leão
- D Com relação a constante necessidade de atualização, o professor manifestou seu desagrado ao diretor da escola.
- E Perguntaram àquela professora se ela iria mesmo colocar a cabeça dentro da boca de um leão.

04. Assinale a opção que apresenta a frase correta do ponto de vista gramatical e ortográfico.

- A Há pessoas no mundo que precisa usar óculos para enxergar o amor-próprio.
- B Há pessoas no mundo que precisam usar óculos para enxergar o amor-próprio.
- C Há pessoas no mundo que precisam usar óculos para encherger o amor-próprio.
- D Hão pessoas no mundo que precisam usar óculos para enxergar o amor-próprio.
- E Há pessoas no mundo que precisam usar óculos para enxergar o amor-próprio.

Texto II (Questões 05 a 07)

Na casa vazia, sozinha com a empregada, já não andava como um soldado, já não precisava tomar cuidado. Mas sentia falta da batalha das ruas. Melancolia da liberdade, com o horizonte ainda tão longe. Dera-se ao horizonte. Mas a nostalgia do presente. O aprendizado da paciência, o juramento da espera. Do qual talvez não soubesse jamais se livrar. A tarde transformando-se em interminável e, até todos voltarem para o jantar e ela poder se tornar com alívio uma filha, era o calor, o livro aberto e depois fechado, uma intuição, o calor: sentava-se com a cabeça entre as mãos,

desesperada. Quando tinha dez anos, lembrou, um menino que a amava jogara-lhe um rato morto. Porcaria! berrara branca com a ofensa. Fora uma experiência. Jamais contara a ninguém. Com a cabeça entre as mãos, sentada. Dizia quinze vezes: sou vigorosa, sou vigorosa, sou vigorosa — depois percebia que apenas prestara atenção à contagem. Suprindo com a quantidade, disse mais uma vez: sou vigorosa, dezesseis. E já não estava mais à mercê de ninguém. Desesperada porque, vigorosa, livre, não estava mais à mercê. Perdera a fé. Foi conversar com a empregada, antiga sacerdotisa. Elas se reconheciam. As duas descalças, de pé na cozinha, a fumaça do fogão. Perdera a fé, mas, à beira da graça, procurava na empregada apenas o que esta já perdera, não o que ganhara. Fazia-se pois distraída e, conversando, evitava a conversa. “Ela imagina que na minha idade devo saber mais do que sei e é capaz de me ensinar alguma coisa”, pensou, a cabeça entre as mãos, defendendo a ignorância como a um corpo. Faltavam-lhe elementos, mas não os queria de quem já os esquecera. A grande espera fazia parte. Dentro da vastidão, maquinando.

Clarice Lispector

05. No trecho “Suprindo com a quantidade, disse mais uma vez: sou vigorosa, dezesseis”, do texto II, o sinal de dois-pontos está empregado com a finalidade de introduzir

- A um pensamento.
- B uma síntese.
- C uma fala.
- D um esclarecimento.
- E uma exemplificação.

06. No primeiro período do texto II, o termo “como” expressa a ideia de

- A explicação.
- B intensidade.
- C adição.
- D causa.
- E comparação.

07. No trecho “Foi conversar com a empregada, antiga sacerdotisa. Elas se reconheciam. As duas descalças, de pé na cozinha, a fumaça do fogão. Perdera a fé, mas, à beira da graça, procurava na empregada apenas o que esta já perdera, não o que ganhara.”, do texto II, o vocábulo “esta” se refere a

- A “empregada”.
- B “fé”.
- C “cozinha”.
- D “graça”.

E “fumaça”.

Ética no Serviço Público

08. Em relação ao princípio da moralidade administrativa, assinale a opção correta.

A A moralidade administrativa, por traduzir conceito jurídico indeterminado, não se submete, em sua acepção pura, ao controle judicial.

B Na realização de ato administrativo, o agente público não precisa observar o princípio da moralidade administrativa para condutas entre órgãos da administração direta e da indireta.

C Na prática de atos administrativos vinculados, o administrador não está obrigado a observar a moralidade administrativa, mas apenas os limites previstos em lei.

D A moralidade administrativa surgiu inicialmente como explicação para o controle jurisdicional do desvio de poder.

E A veiculação de propaganda de obra pública que promova o administrador público, se autorizada por lei, não implica violação da moralidade administrativa.

09. Determinado servidor público está respondendo a processo administrativo por ter, supostamente, se apropriado de dinheiro público. Além disso, há investigação criminal em curso pela prática do mesmo delito. Conforme o disposto na Lei n.º 8.112/1990, nessa situação, o servidor

A não poderá ser processado civil e penalmente antes da conclusão do processo administrativo.

B deverá ser representado por advogado, como forma de se garantir a ampla defesa.

C somente poderá ser processado na esfera cível se ficarem comprovados o delito na forma dolosa, e o prejuízo ao erário ou a terceiro.

D poderá ser afastado preventivamente de suas funções pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo da sua remuneração.

E deixará de responder ao processo administrativo se for absolvido criminalmente por falta de prova.

Legislação Estadual

10. Conforme a Lei n.º 15.755/2016 (Código Penitenciário do Estado de Pernambuco), o Sistema Penitenciário do Estado Pernambuco vincula-se aos órgãos de execução penal. São órgãos de execução penal, exceto:

- A os Departamentos Penitenciários
- B o Conselheiro Tutelar
- C o Patronato
- D o Ministério Público

E o Conselho da Comunidade

11. De acordo com o disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco, Lei estadual nº 6.123/68, assinale a alternativa CORRETA.

- A A licença para trato de interesse particular é ato vinculado do Poder Público.
- B Será concedida a ajuda de custo ao funcionário que pedir remoção para servir em nova sede.
- C Ao funcionário convocado para o serviço militar e outros encargos da Segurança Nacional, será concedida licença com vencimento integral.
- D Para a concessão de licença para tratamento de saúde, é dispensável inspeção médica, que será realizada, quando necessário, no local onde se encontrar o funcionário.
- E Serão concedidos ao funcionário, após cada quinquênio de serviço efetivo prestado ao Estado, três meses de licença-prêmio, com todos os direitos e vantagens do cargo efetivo.

12. O Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco afirma que, dentre as penas disciplinares, a suspensão pode ocorrer quando houver

- A reincidência em falta punível com a pena de repreensão.
- B crime contra a administração pública.
- C insubordinação grave em serviço.
- D revelação de segredo conhecido em razão do cargo ou função.
- E lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio estadual.

Noções de Informática

13. No Windows, os arquivos e as pastas recentemente utilizados pelo usuário ficam disponíveis, em destaque, ao se abrir, no Explorador de Arquivos,

- A a Área de Trabalho.
- B a pasta Favoritos.
- C o Acesso Rápido.
- D a pasta Usuários.
- E a pasta Documentos.

14. No Excel, para tornar fixo o cabeçalho de uma tabela, ou seja, para manter visíveis linhas ou colunas durante a rolagem de página, deve-se percorrer, na faixa de opções, o caminho

- A Layout da Página — Área de Impressão.
- B Inserir — Quebras.

- C Fórmulas — Mostrar Fórmulas.
- D Exibir — Congelar Painéis.
- E Exibir — Zoom na seleção.

15. Uma rede de computadores apresenta as seguintes características: utiliza protocolo TCP/IP, é embasada no modelo web, oferece serviços de e-mail, transferência de arquivos e acesso a páginas HTTP a um conjunto restrito de usuários internos de uma empresa, para troca de informações corporativas. As características dessa rede de computadores são típicas de

- A rede de correio eletrônico.
- B extranet.
- C Internet.
- D intranet.
- E World Wide Web (WWW).

16. Assinale a opção que apresenta a solução que permite filtrar tentativas de acessos não autorizados oriundos de outros ambientes e redes externas, contribuindo para a melhora do estado de segurança da informação de ambientes computacionais.

- A certificado digital
- B firewall
- C chave de criptografia
- D rootkits
- E antivírus

Raciocínio Lógico

17. Sete pessoas se dirigem para formar uma fila em frente ao único caixa de atendimento individual em uma agência bancária. Dessas sete pessoas, quatro são idosos. Um servidor da agência deverá organizar a fila de modo que os idosos sejam atendidos antes dos demais. Nessa situação, a quantidade de maneiras distintas de se organizar a fila é igual a

- A 5.040.
- B 720.
- C 576.
- D 288.
- E 144.

18. Se Leila costuma visitar sua mãe às segundas, quartas, quintas e sextas e Paulo, seu irmão, às segundas, terças, quintas e sábados, qual é a probabilidade de Paulo chegar na casa da mãe e encontrar com Leila?

- A A probabilidade é de 40%.
- B A probabilidade é de 20%.
- C A probabilidade é de 50%.
- D A probabilidade é de 25%.

E A probabilidade é de 35%.

19. Se a informação “Todas as casas das ruas A e B foram visitadas.” é falsa, então

A todas as casas da rua A não foram visitadas ou todas as casas da rua B não foram visitadas.

B alguma casa da rua A não foi visitada ou alguma casa da rua B não foi visitada.

C pelo menos uma casa da rua A não foi visitada e pelo menos uma casa da rua B não foi visitada.

D nenhuma casa da rua A foi visitada e nenhuma casa da rua B foi visitada.

E todas as casas da rua A não foram visitadas ou todas as casas da rua B não foram visitadas.

20. Hugo, José e Luiz são trigêmeos e, quando os três saem juntos, obedecem as seguintes regras:

I. Ou José ou Luiz deve usar camisa amarela, mas nunca ambos;

II. Hugo usa camisa amarela se e somente se José usa;

III. Se Luiz usar camisa amarela, então Hugo também usa.

De acordo com essas regras, quando os três irmãos saem juntos,

A Luiz nunca usa camisa amarela, Hugo e José sempre usam.

B José nunca usa camisa amarela, Hugo e Luiz sempre usam.

C Luiz sempre usa camisa amarela, Hugo e José nunca usam.

D Hugo sempre usa camisa amarela, José e Luiz nunca usam.

E José sempre usa camisa amarela, Hugo e Luiz nunca usam.

Direito Administrativo

21. Com base em determinada lei, um fiscal competente compareceu a um restaurante e, constatando diversas violações a normas sanitárias, promoveu a interdição do estabelecimento. Nessa situação hipotética, verifica-se uma característica própria

A do poder hierárquico, com base no princípio da supremacia do interesse público.

B do poder regulamentar, pois houve uma regulação da atividade empresarial.

C do poder disciplinar, pois o ato aplicou uma penalidade ao particular.

D do poder de polícia, pois limitou uma atividade de um particular.

E do poder normativo, pois a interdição foi praticada com base em uma lei.

22. O princípio adotado no processo administrativo com a finalidade de vedar a aplicação retroativa de nova interpretação de lei no âmbito da administração pública denomina-se princípio da

A eficiência.

B segurança jurídica.

C moralidade.

D publicidade.

E impessoalidade.

23. Servidor público estadual usou, em proveito próprio, veículo da administração pública estadual, para fins particulares. Nesse caso, a conduta do servidor

A configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, se tiver havido dolo.

B configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, mesmo que não tenha havido dolo.

C configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios administrativos, mesmo que não tenha havido dolo.

D não configura ato de improbidade administrativa, porque a Lei de Improbidade Administrativa não se aplica à esfera estadual.

E não configura ato de improbidade administrativa, por ausência de tipificação expressa na Lei de Improbidade Administrativa.

24. O entendimento de que atos administrativos gozam de presunção de legitimidade significa que estes

A atestam fatos verdadeiros, não admitindo prova em contrário.

B são emitidos em conformidade com a lei, até prova em contrário.

C se impõem aos administrados, independentemente de sua concordância.

D se sujeitam ao controle discricionário do Poder Judiciário.

E são executados pela própria administração, sem intervenção do Poder Judiciário.

25. A caracterização de responsabilidade civil do Estado por dano causado por indivíduo que fugiu do sistema prisional

A é inconstitucional, por ser expressamente vedada pela Constituição Federal de 1988.

B mostra-se juridicamente impossível, em razão da ausência de conduta administrativa quando ocorre fuga de presídio.

C deve ser reconhecida com base no risco integral, teoria amplamente adotada pela doutrina e pela jurisprudência nessa hipótese.

D somente deve ser admitida se comprovado dolo específico de agente da administração em colaboração com a fuga.

E depende da demonstração de nexos causal direto entre o momento da fuga e a conduta danosa praticada pelo infrator.

26. As características das autarquias não incluem

A a capacidade de realizar gestão administrativa própria, não dependendo da atuação do ente instituidor.

B a posse de patrimônio próprio, que não se confunde com o do ente que o criou.

C o desenvolvimento de atividade típica da administração pública, tal como a prestação de serviços públicos.

D o fato de sua criação depender de autorização por meio de lei.

E a personalidade jurídica de direito público.

Direito Constitucional

27. O inciso XIII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988 assim dispõe: “XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Essa norma constitucional é de eficácia

A plena, porque já produz efeitos desde a sua edição.

B programática, porque prevê a necessidade de regulamentação por lei.

C contida, porque detém eficácia, mas esta pode ser restringida por lei.

D limitada, porque depende de lei regulamentadora para ser executável.

E preceptiva, porque impõe ao Estado a obrigação de editar uma lei.

28. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a opção correta.

A É livre a manifestação do pensamento, seja ela exercida por pessoa conhecida ou por pessoa anônima.

B Ninguém pode fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

C Todos poderão reunir-se pacificamente, em locais abertos ao público, desde que haja prévia autorização do poder público.

D É plena a liberdade de associação para fins lícitos, incluída a de caráter paramilitar.

E A expressão de atividade artística é livre, não estando sujeita a censura ou licença.

29. Com base na distinção entre brasileiros natos e brasileiros naturalizados sob o prisma constitucional, é correto afirmar que a CF prevê que brasileiro naturalizado

A poderá ser extraditado se comprovado o seu envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.

B poderá compor o Conselho da República, desde que tenha sido naturalizado há mais de dez anos.

C não poderá ser extraditado pela prática de crime comum cometido antes da sua naturalização.

D está impedido de ocupar cargo de ministro da justiça, pois este é privativo de brasileiro nato.

E não poderá ser proprietário de empresa jornalística e de radiodifusão.

30. De acordo com o texto constitucional, a competência legislativa para tratar de trânsito é

A comum à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

B concorrente para a União e os estados e comum para o Distrito Federal e os municípios, no tocante ao interesse local.

C concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.

D exclusiva da União, no tocante às normas gerais.

E privativa da União.

31. É competência privativa do presidente da República

A convocar plebiscito.

B referendar tratados, convenções e atos internacionais.

C permitir a permanência temporária de forças estrangeiras em território nacional.

D autorizar a deflagração de guerra.

E iniciar o processo legislativo.

32. A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais das seguintes carreiras que exercem funções essenciais à justiça:

A Ministério Público e auditoria dos tribunais de contas.

B Ministério Público e advocacia pública.

C Defensoria Pública e advocacia pública.

D Ministério Público e Defensoria Pública.

E advocacia pública e auditoria dos tribunais de contas.

Direito Penal

33. Com relação ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou, respectivamente, as teorias do(a)

- A resultado e da ação
- B consumação e do resultado.
- C atividade e da ubiquidade.
- D ubiquidade e da atividade.
- E ação e da consumação.

34. A respeito da imputabilidade penal, julgue os itens a seguir.

I. Os maiores de dezesseis anos de idade que ainda não tiverem alcançado a maioridade são considerados relativamente incapazes no que tange à responsabilidade criminal.

II. Emoção ou paixão não são causas de exclusão a imputabilidade penal.

III. A embriaguez culposa anterior à prática de crime é causa de diminuição de pena, mas não torna o agente inimputável.

IV. O deficiente mental inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato é inimputável.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

35. A codelinquência será configurada quando houver

- A reconhecimento da prática da mesma infração por todos os agentes.
- B ajuste prévio, na fase preparatória do crime, entre todos os agentes em concurso.
- C concurso necessário, nas infrações penais, de agentes capazes.
- D exteriorização da vontade de fazer parte da conduta e consciência da ação de outrem.
- E prática dos mesmos atos executivos por todos os agentes.

36. É causa de exclusão da culpabilidade

- A a embriaguez preordenada.
- B o erro de tipo invencível.
- C o agir sob violenta emoção.
- D a embriaguez culposa.
- E o erro de proibição escusável.

37. No crime de concussão,

- A a mera exigência de vantagem já consuma o delito.
- B é necessária a promessa de infligir um mal determinado.
- C a vantagem indevida, conforme expressa o tipo penal, deve ter natureza patrimonial.
- D o bem jurídico tutelado, em primeiro plano, é o patrimônio do particular e sua liberdade individual.
- E o agente deve estar no exercício da função no momento da prática delituosa.

38. Conforme a Lei n.º 8.072/1990, é considerado hediondo o crime de

- A favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de mulheres.
- B infanticídio.
- C extorsão qualificada por qualquer resultado.
- D lavagem de dinheiro.
- E epidemia com resultado morte.

Direito Processual Penal

39. Segundo a regra geral prevista no CPP, o IP deverá ser encerrado no prazo de

- A cinco dias, se o indiciado estiver preso, ou em dez dias, quando este estiver solto.
- B quinze dias, se o indiciado estiver preso, ou em trinta dias, quando este estiver solto.
- C trinta dias, se o indiciado estiver preso, ou em sessenta dias, quando este estiver solto.
- D dez dias, se o indiciado estiver preso, ou em trinta dias, quando este estiver solto.
- E trinta dias, esteja o indiciado preso ou solto.

40. A respeito do IP, assinale a opção correta.

- A O delegado de polícia, se estiver convencido da ausência de elementos suficientes para imputar autoria a determinada pessoa, deverá mandar arquivar o IP, podendo desarquivá-lo se surgir prova nova.
- B O IP é presidido pelo delegado de polícia sob a supervisão direta do MP, que poderá intervir a qualquer tempo para determinar a realização de perícias ou diligências.
- C A atividade investigatória de crimes não é exclusiva da polícia judiciária, podendo ser eventualmente presidida por outras autoridades, conforme dispuser a lei especial.
- D O IP é indispensável para o oferecimento da denúncia; o promotor de justiça não poderá denunciar o réu sem esse procedimento investigatório prévio.
- E O IP é peça indispensável à propositura da ação penal pública incondicionada, sob pena de nulidade, e

deve assegurar as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

41. Sobre a ação penal, é correto afirmar:

- A É inadmissível propor ação penal de iniciativa privada em crime de ação penal pública.
- B O Ministério Público poderá desistir da ação penal, uma vez constatada a falta de prova da autoria e materialidade da infração penal.
- C A ação penal pública é de iniciativa do Ministério Público, mas, em alguns casos, depende de prévia requisição do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido, ou de quem tiver qualidade para representá-lo
- D Em caso de ação penal de iniciativa privada, o ofendido pode optar por exercer o direito de queixa contra alguns dos autores já conhecidos do crime.
- E Nas infrações de menor potencial ofensivo, a composição civil dos danos, homologada judicialmente, gera a perempção do direito de queixa.

42. Acerca da interceptação telefônica, assinale a alternativa correta.

- A Não pode ser considerada meio extraordinário de obtenção de provas ou técnica especial de investigação.
- B Poderá ser requerida, pela autoridade policial, durante o curso da instrução processual.
- C Poderá ser decretada pela autoridade policial ou pelo Ministério Público, desde que presentes indícios razoáveis de autoria ou participação.
- D Apenas poderá ser decretada se houver inquérito policial instaurado e o indiciamento formal da pessoa contra quem se decreta a medida.
- E É incabível nas hipóteses de delito punido com pena de detenção ou prisão simples.

43. NÃO é considerado flagrante delito quem:

- A é encontrado 72 (setenta e duas) horas após cometer a infração, independente de perseguição.
- B está cometendo a infração penal.
- C acaba de cometer a infração penal.
- D é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- E É encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

44. Os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos terão procedimento especial que contempla

A nos crimes afiançáveis, a possibilidade de, oferecida a denúncia ou a queixa, o acusado oferecer resposta, por escrito, dentro do prazo de quinze dias.

B a possibilidade de, oferecida a denúncia ou a queixa, o acusado oferecer resposta, por escrito, dentro do prazo de dez dias.

C resposta por escrito, no prazo de quinze dias, sem a possibilidade de juntada de novos documentos.

D se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, a intimação por edital para do acusado para constituir defensor, para apresentar resposta preliminar, no prazo de quinze dias, sob pena de preclusão.

E afastamento imediato das funções.

Legislação Especial

45. Sobre infiltração policial e colaboração premiada (Lei nº 12.850/2013 e alterações realizadas pela Lei nº 13.964/2019), assinale a alternativa correta.

A A infiltração policial, tendo em vista o seu caráter sigiloso, independe de prévia autorização judicial.

B O delegado de polícia não pode, nos autos de inquérito policial, requerer ou representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador, como benefício pela colaboração.

C A infiltração de agentes pode ser realizada se houver indícios de qualquer crime punido com pena mínima superior a 2 anos de reclusão.

D Ao contrário da decisão de recebimento da denúncia e daquelas decisões que decretam medidas cautelares, a sentença condenatória não poderá ser proferida com fundamento apenas nas palavras do colaborador.

E O acordo de colaboração premiada poderá ser precedido de instrução, quando houver necessidade de identificação ou complementação de seu objeto, dos fatos narrados, sua definição jurídica, relevância, utilidade e interesse público.

46. Acerca da Lei 9.613/1998 e consoante entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

A O processo e o julgamento pelo crime de lavagem de dinheiro ficam condicionados ao julgamento das infrações penais antecedentes.

B A infração penal antecedente não influencia na fixação da competência do delito de lavagem de capitais.

C Para o crime de lavagem de capitais, precisam estar presentes, cumulativamente, a colocação, a integração e a ocultação.

D Sendo o delito de lavagem de dinheiro crime material, somente se consuma se os valores forem efetivamente introduzidos no sistema financeiro.

E O delito de lavagem de dinheiro só admite a modalidade dolosa.

47. Constitui crime de tortura

A privar a liberdade de alguém durante a ação de subtrair seu patrimônio mediante grave ameaça.

B constranger alguém com emprego de violência, causando-lhe sofrimento físico em razão de discriminação racial.

C praticar o tráfico de pessoas com o fim de exploração sexual de adolescente em outro país.

D privar alguém de sua liberdade mediante cárcere privado sem contato com seus familiares.

E reduzir alguém a condição análoga à de escravo submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva.

48. De acordo com as disposições do Art.10 da Lei Federal nº 10.826/2003, a autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da(do)

_____ e somente será concedida após autorização do _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

A Secretaria Estadual da Segurança Pública do RS – Sistema Estadual de Segurança Pública

B Polícia Federal – Sistema Nacional de Armas

C Ministério da Justiça e Segurança Pública – Sistema Único de Segurança Pública

D Ministério da Defesa – Comando do Exército Brasileiro

E Ministério da Segurança Institucional – Sistema Único de Segurança Pública

49. Com relação ao dependente ou usuário de drogas, a Lei 11.343/06 determina que:

A É crime usar drogas ou apresentar-se perante a autoridade sob o efeito de drogas.

B Será preso em flagrante delito e recolhido ao cárcere aquele que transportar drogas para consumo pessoal.

C Será preso em flagrante delito e imediatamente convertida a prisão flagrancial em prisão preventiva, aquele que transportar drogas para consumo pessoal.

D É crime quem traz consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

E É permitido pela lei, a cada pessoa, semear e cultivar até 2 (dois) vasos de plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

50. A Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, representa importante avanço ao prever a responsabilização, no âmbito civil e administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública. A propósito do tema, assinale a alternativa correta.

A As empresas podem ser responsabilizadas em casos de corrupção, desde que haja comprovação de culpa.

B A Lei Anticorrupção atinge apenas as pessoas jurídicas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional.

C Por meio do Acordo de Leniência, se uma empresa cooperar com as investigações, ela pode conseguir uma redução das penalidades.

D Na esfera judicial, não pode ser aplicada a dissolução compulsória da pessoa jurídica.

E Quando o assunto é responsabilidade das pessoas jurídicas, a Lei Anticorrupção vale para a União e para os Estados, sendo vedada sua aplicação no âmbito dos Municípios.

Execução Penal

51. De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), o órgão da execução penal destinado especificamente a prestar assistência aos albergados e aos egressos é

A o patronato.

B a casa de albergado.

C o conselho penitenciário.

D o conselho da comunidade.

E o departamento penitenciário.

52. No que diz respeito a trabalho do preso, assinale a opção correta.

A Compete à direção do estabelecimento prisional autorizar o trabalho externo.

B O preso político está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

C O trabalho externo será admissível para os presos em regime semiaberto somente em serviço ou obras públicas.

D A Lei de Execução Penal veda a realização de trabalho interno ou externo ao preso provisório.

E O trabalho externo é vedado aos presos em regime fechado.

53. Incumbe ao Conselho Penitenciário emitir parecer acerca de

A permissão de saídas temporárias.

B comutação de pena e indulto, salvo indulto humanitário.

- C concessão de livramento condicional.
- D progressão e regressão de regime.
- E trabalho externo.

54. Conforme a Lei n.º 7.210/1984, o preso em razão de sentença definitiva transitada em julgado poderá obter

- A autorização para saída temporária do estabelecimento prisional, mediante escolta e autorização do diretor do presídio, para frequentar curso de noivos e participar da cerimônia civil de casamento, se estiver cumprindo pena em regime semiaberto.
- B autorização para saída temporária do estabelecimento prisional, mediante escolta, para ir ao cartório assinar procuração outorgando poderes para seu representante legal, ainda que cumpra pena em regime fechado.
- C permissão do diretor para sair do estabelecimento prisional, mediante escolta, em caso de falecimento ou doença grave de irmão, ainda que cumpra pena em regime fechado.
- D permissão para sair do estabelecimento prisional, sem escolta, para tratamento médico, desde que autorizado pelo juiz, se estiver cumprindo pena em regime semiaberto.
- E permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, para conhecer e registrar o nascimento do filho da companheira, ainda que cumpra pena em regime fechado.

55. A respeito da execução penal (Lei n.º 7.210/1984), assinale a opção correta.

- A Ao juiz não é permitido modificar, de ofício, as condições estabelecidas para o regime aberto, podendo fazê-lo apenas a requerimento do MP ou da defesa do sentenciado.
- B O atraso sem justificativa no retorno da saída temporária de condenado a pena privativa de liberdade configura falta grave consistente em fuga do estabelecimento prisional.
- C A penitenciária destina-se a condenados à pena privativa de liberdade de reclusão em regime fechado ou semiaberto.
- D A colônia agrícola, industrial ou similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto ou aberto.
- E A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios e definitivos, estes condenados em regime aberto.

56. Caracteriza motivo que justifica a transferência de preso para estabelecimento penal de segurança máxima

- A a condição de réu delator premiado em processo com tramitação na justiça federal.
- B a condição de membro de quadrilha ou bando envolvido na prática reiterada de crime de concussão.
- C a colaboração, mesmo que indireta, em organização criminosa.
- D a prática reiterada de crimes com violência ou grave ameaça a pessoa.
- E a prática de crime que coloque em risco a sua integridade física no ambiente prisional de origem.

57. No estabelecimento para mulheres, somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando tratar-se de

- A ocupante do cargo de diretor.
- B pessoal técnico especializado.
- C portador de diploma de nível superior em Psicologia.
- D portador de diploma de nível superior em Direito.
- E ocupante do cargo de vistoriador.

Noções de Direitos Humanos e Participação Social

58. A respeito e com base na DUDH (Declaração Universal dos Direitos Humanos), assinale a alternativa CORRETA.

- A A DUDH é um dos mais importantes tratados internacionais sobre direitos humanos, cuja gênese encontra-se vinculada ao contexto histórico do fim da segunda guerra mundial.
- B A vontade do povo será a base da autoridade do governo, esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto, sendo imprescindível a filiação partidária.
- C O direito de organizar sindicatos e de neles ingressar é um direito humano com previsão expressa na DUDH.
- D A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. As crianças nascidas fora do matrimônio, entretanto, gozarão de proteção especial.
- E O direito humano à liberdade de locomoção não engloba o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

59. Sobre as Regras Mínimas para o Tratamento de Pessoas Presas, aprovadas pela ONU, analise as assertivas a seguir:

- I. Em circunstâncias excepcionais, quando o preso necessitar afastar-se do estabelecimento penitenciário para fins autorizados, ele poderá usar suas próprias roupas, desde que chamem atenção

sobre si, a fim de facilitar eventual identificação por autoridades se houver necessidade.

II. É garantido ao preso ser visto o menos possível pelo público quando estiver sendo transferido para outro estabelecimento prisional.

III. Instrumentos como algemas e correntes podem ser utilizados como instrumentos de punição apenas em casos excepcionais

Está correto o que se afirma em

- A I e II, apenas.
- B II e III, apenas.
- C I, II e III.
- D I, apenas.
- E II, apenas.

60. O Conselho da Comunidade

- A é formado apenas por membros da comunidade sem formação jurídica.
- B é composto e instalado pelo juiz da execução penal.
- C destina-se à realização de exame criminológico.
- D deve abrigar os presos em saída temporária.
- E tem sede no Distrito Federal e deve requerer a unificação de penas.

PROVA DISSERTATIVA

- A Prova Dissertativa possui caráter **eliminatório** e **classificatório**.
- A Prova Dissertativa deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de **tinta preta**, fabricada em material transparente, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para a **Folha de Textos Definitivos**.
- Será atribuída **nota zero** à questão da Prova Dissertativa que: **a)** for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; **b)** estiver em branco; e/ou **c)** apresentar letra ilegível.
- Na avaliação da Prova Dissertativa, será considerado o **grau de conhecimento** do tema demonstrado pelo candidato, bem como a **fluência** e a **coerência** da exposição.

Leia, com atenção, o texto a seguir:

Em nota, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) lamentou o assassinato de mais de 30 internos da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista, em Roraima, na madrugada desta sexta-feira (6) e reiterou às autoridades brasileiras a necessidade de uma investigação “imediata, imparcial e efetiva” dos fatos.

O representante para América do Sul do ACNUDH, Amerigo Incalcaterra, condenou a violência ocorrida e pediu imediata investigação dos fatos, visando a atribuição de responsabilidades pela ação e omissão do estado, que é o principal responsável pelos presos sob sua custódia.

"A ausência de implementação de uma política penal e carcerária de acordo com as normas internacionais de direitos humanos no Brasil tem sido apontada de forma reiterada pelos órgãos das Nações Unidas, o que leva a uma crescente crise do sistema penitenciário no país. Essa crise é evidenciada por episódios de massacres como recentemente aconteceu no Complexo Anísio Jobim, em Manaus, e hoje em Roraima", disse a nota.

O representante também pediu que os governos estadual e federal adotem medidas efetivas de prevenção à violência, incluindo as execuções sumárias, a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes em locais de privação de liberdade, de maneira a responder à situação crônica que o sistema penitenciário brasileiro enfrenta.

Entre essas medidas, ele reiterou a importância do fortalecimento da atuação autônoma do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e do treinamento de funcionários para cumprimento das Regras Mínimas das Nações Unidas para Tratamento dos Presos, as Regras de Mandela. O ACNUDH manifestou também sua solidariedade com as famílias das vítimas.

ONU pede medidas efetivas de prevenção à violência nos presídios brasileiros. Disponível em: <https://www.brasil.un.org>

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **Crise penitenciária no Brasil.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Gabarito**Simulado Grátis – Polícia Penal de Pernambuco****NÍVEL SUPERIOR**

Policial Penal																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	E	B	C	E	A	D	D	B	C	A	C	D	D	B	E	C	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	B	E	D	C	E	A	E	E	D	C	C	A	E	A	E	D	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	E	A	A	E	E	B	B	D	C	A	A	B	C	B	E	B	C	E	B

Modelo de Redação

No filme "Carandiru", inspirado na história do presídio de mesmo nome, é retratado o sistema prisional brasileiro da década de 1990, evidenciando as más condições a que os detentos estavam submetidos, como celas lotadas, falta de saneamento básico e infraestrutura adequada. Tudo isso ainda é, infelizmente, observado no Brasil atual, o que constata a precária situação penitenciária do país. Sendo assim, é possível apontar como causas desse triste cenário a lentidão da justiça e a negligência estatal.

Em primeira análise, é importante destacar a lentidão da justiça como uma das causas da crise penitenciária enfrentada pelo Brasil. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cerca de 41% das pessoas detidas ainda não foram julgadas. Naturalmente, os presídios passam a comportar mais detentos do que o apropriado, ocasionando a superlotação das celas, o que contribui para a reinserção do quadro mostrado no filme. Assim, o Judiciário, que deveria sanar as injustiças da sociedade, se torna um dos vilões da crise carcerária no Brasil.

Outrossim, convém salientar que a crise penitenciária deve-se, também, à baixa atuação dos setores governamentais, no que concerne a criação de mecanismos que coíbam a reincidência criminal. Segundo a Lei de Execução Penal, a assistência ao preso é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência social. Todavia, é notável que o Governo tem se mostrado negligente quanto a tal legislação, uma vez que, a maioria dos presídios no Brasil não adotam projetos sociais, como de capacitação profissional, o que contribui para que, muitos dos libertos, reincidam no crime. Depreende-se, portanto, que medidas socioeducativas dentro das prisões são indispensáveis para reintegrar os detentos à sociedade.

Destarte, com a observação dos aspectos analisados, é fulcral que estratégias sejam adotadas para contornar a crise penitenciária no Brasil. Para tanto, a Defensoria Pública, em parceria com faculdades, realize mutirões judiciais, em que estudantes de Direito deem prosseguimento aos processos parados, para maior agilidade e efetividade do Judiciário. Ademais, o Governo deve cumprir, eficazmente, com a legislação do país, a fim de atenuar os impactos nocivos dessa problemática.